

Junho 2014

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL RELEVANTE

- INSOLVÊNCIA -

[Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 15 de maio de 2014](#)

Exoneração do passivo restante – Rendimento disponível

A exoneração do passivo restante não pode ser vista como a possibilidade de o insolvente se libertar, quase automaticamente, da responsabilidade de satisfazer as obrigações para com os seus credores durante o período de cessão. No instituto da exoneração do passivo restante está em causa determinar o estritamente necessário para o sustento do devedor e do seu agregado familiar, e não necessariamente manter o nível de vida que tinham antes da declaração de insolvência. A exoneração do passivo restante não assenta na desresponsabilização do devedor. Implica empenho e sacrifício do devedor no sentido de que deve comprimir ao máximo as suas despesas, reduzindo-as ao estritamente necessário, em contrapartida do sacrifício imposto aos credores na satisfação dos seus créditos, por forma a se encontrar um equilíbrio entre dois interesses contrapostos.

[Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 3 de junho de 2014](#)

Exoneração do passivo restante – revogação – dolo

A exoneração do passivo restante tem por fundamento final proporcionar ao devedor um *fresh start*, ou uma *nova oportunidade*, de modo a que, liberto do passivo que o vinculava, se reabilite economicamente e se reintegre, plenamente na vida económica. A revogação da exoneração com fundamento na violação, pelo insolvente, durante o período da cessão, de qualquer obrigação a que esteja vinculado – *maxime* da obrigação de entregar ao fiduciário o rendimento disponível – exige, cumulativamente, uma conduta dolosa desse devedor – embora seja admissível qualquer modalidade de dolo – e um prejuízo relevante para satisfação dos credores da insolvência. A relevância do prejuízo para os credores da insolvência da violação dolosa, pelo



insolvente, da sua obrigação de entrega do rendimento disponível, deve aferir-se pelo *quantum* do valor desse rendimento e do não cumprimento daquela prestação, pelo valor global dos débitos do insolvente, pela natureza dos créditos e pela qualidade dos credores insatisfeitos.

- CIVIL -

[Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 20 de maio de 2014](#)

Contrato-promessa – Incumprimento definitivo – Execução específica

Num contrato-promessa de compra e venda de fração autónoma de um prédio em regime de propriedade horizontal é admissível a execução específica da promessa não só em caso de mora mas também de incumprimento definitivo do promitente. Mas só é de admitir que o incumprimento definitivo cabe na letra e na teleologia da norma do art.º 830, n.º 1 do CC, na parte em que alude à “declaração negocial do faltoso”, desde que se prove que não se verificou um perda, objetivamente aferida, do interesse do credor na prestação prometida, e que tal prestação ainda é física e legalmente possível.

[Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 20 de maio de 2014](#)

Interpretação do negócio jurídico – Resolução do Contrato – Prova admissível

Visando-se determinar o alcance do contrato celebrado entre as partes, para a sua determinação é possível o recurso quer à prova

testemunhal quer à documental. O artº 236º do C. Civil consagrou a teoria segundo a qual as declarações de vontade, em princípio, valem com o sentido que as partes lhe quiseram conferir (vontade real das partes). Só se não for conhecida essa vontade ou quando declarante e declaratário entenderam a declaração em sentidos diversos, deve valer o sentido que um declaratário normal podia julgar conforme às reais intenções do declarante, exceto se este não tinha o dever de considerá-lo acessível à compreensão da outra parte. Estando a celebração do contrato prometido, ou seja o cumprimento do negócio celebrado, condicionado à verificação de um acontecimento futuro e incerto, dependente da atividade de terceiro – uma entidade licenciadora –, estamos perante a existência de uma cláusula condicional resolutiva tácita, tipificada no art.º 270º do C. Civil, uma vez que a não verificação da condição determinará necessariamente a resolução do contrato-promessa, dado que as partes manifestaram a vontade de apenas celebrarem o contrato prometido caso obtivessem o licenciamento de dois projetos de construção de barracões industriais no terreno prometido vender. Existindo uma situação de impossibilidade temporária de cumprimento da obrigação assumida – a celebração do contrato prometido –, por não se verificar o acontecimento ao qual as partes condicionaram esse cumprimento – o licenciamento dos projetos de construção dos barracões industriais –, os promitentes compradores não deixavam de poder resolver o contrato, por perda de interesse no cumprimento da prestação, em resultado daquela impossibilidade temporária, quer esta seja imputável à contraparte – artigo 808º, n.º 1, do C. Civil –, quer não seja – art.º 792º, n.º 2, do C. Civil –, diferindo, todavia, as consequências da resolução numa e noutra situação.

[Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 20 de maio de 2014](#)

Empreitada – Denúncia defeitos – Danos não patrimoniais

Para no âmbito dum contrato de empreitada se pedir a eliminação dum defeito, basta provar, por um lado, a existência do defeito e, por outro lado, que o mesmo, pela sua gravidade, é de molde a afetar o uso ou a acarretar uma desvalorização da coisa. Provado o defeito e a sua gravidade, presume-se – uma vez que é contratual a responsabilidade do empreiteiro – que o mesmo é imputável ao empreiteiro, isto é, presume-se que o cumprimento defeituoso é imputável ao empreiteiro. Para haver responsabilidade por cumprimento defeituoso - isto é, para o dono da obra manter o direito à eliminação dos defeitos - é necessário que seja previamente feita a denúncia



do defeito (no prazo de 1 ano fixado para os imóveis) e tempestivamente exercidos os direitos de eliminação dos defeitos, redução do preço, resolução do contrato e indemnização (igualmente no prazo de 1 ano, mas a contar da denúncia atempada dos defeitos, respeitando o limite máximo da garantia legal fixada para os imóveis de 5 anos após a entrega da obra, independentemente da data do conhecimento dos defeitos e da sua denúncia). O empreiteiro pode obstar à exigência de eliminação dos defeitos se demonstrar que essa prestação lhe acarreta um sacrifício económico excessivo, ou seja, que é desproporcionada em relação ao proveito da contraparte. Para determinar essa onerosidade, a relação que se estabelece não é entre o valor da reparação e o preço acordado, mas sim entre aquele e a vantagem que o dono de obra obtém. A escolha entre a reparação dos defeitos e de substituição da coisa ou de realização de obra nova cabe ao empreiteiro. O direito a exigir uma nova realização da obra só é concedido ao dono de obra se os defeitos não forem elimináveis. O facto de não se poder fruir do lar em condições de normalidade, conforto, bem estar e salubridade constitui um verdadeiro prejuízo indemnizável a título de danos não patrimoniais.

[Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 22 de maio de 2014](#)

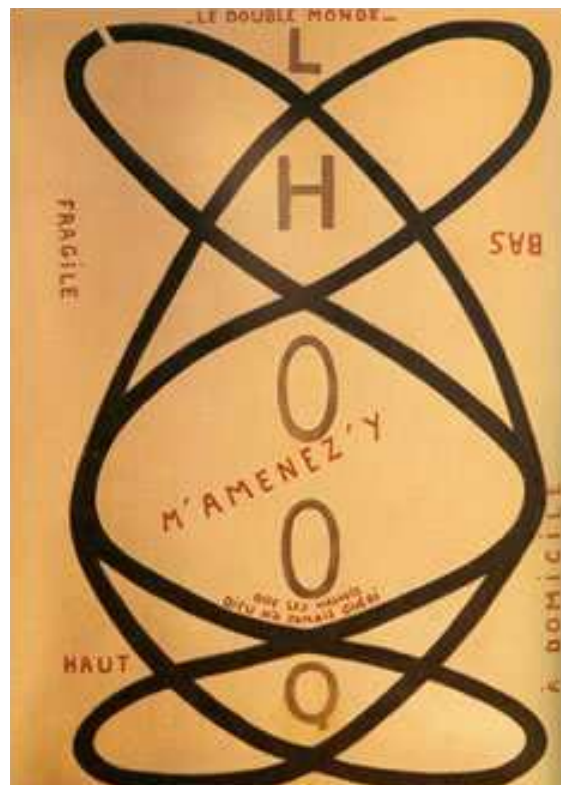
Revogação do cheque – Justa Causa – Abuso de Direito

A revogação, pura e simples, do cheque pode constituir declaração válida do sacador, desde a sua emissão, mas a respetiva eficácia depende da não apresentação do cheque a pagamento durante o prazo para esse efeito ou em qualquer momento, antes da revogação ser conhecida do

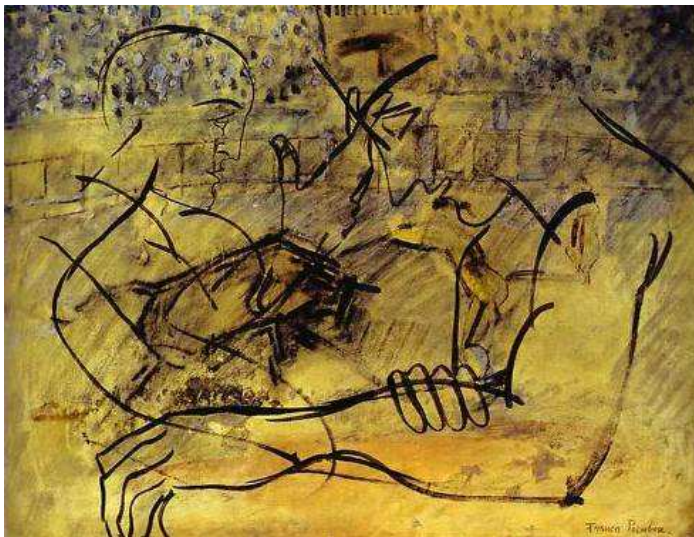
sacado. Até estar concluído o prazo para apresentação, o sacado não só não está obrigado a obedecer à ordem de revogação como, deve proceder ao pagamento do cheque, caso disponha de provisão. III – Para que opere a “justa causa” de revogação do cheque (ordem de não pagamento do mesmo) impõe-se que o sacado atue com a máxima diligência, só aceitando os motivos justificantes para o não pagamento no período legal de apresentação, quando disponha de indícios sérios de que a situação comunicada pelo sacador se verificou ou, pelo menos, dadas as circunstâncias concretas de cada caso, tinha grande probabilidade de se ter verificado. IV – Sendo aposta nos cheques a indicação de não pagamento dos mesmos por “falta ou vícios da vontade” e extraindo-se do alegado pela Ré, que da parte da sacadora o que houve foi a comunicação de uma situação de incumprimento por parte da A., reportada a cláusula de exclusividade na distribuição dos vinhos produzidos por aquela, queda definitivamente arredada a consideração de “justa causa” para o não pagamento dos cheques. V – A ausência de “justa causa”, verificada nos sobreditos termos, para a recusa de pagamento de cheque, é elemento comum à ilicitude e à culpa do sacado. VI - No provado do não pagamento pela Ré, à A., dos seis cheques emitidos e sua posterior devolução à A., com a indicação no seu verso de terem sido revogados «*com justa causa por falta ou vício na formação da vontade*», justa causa assim não equacionável, é de dar por verificados o dano e o nexo de causalidade – adequada, na sua formulação negativa – entre o ato ilícito da recusa de pagamento, e o dano correspondente ao valor dos cheques. VII - Nenhuma contradição é equacionável entre a alegada situação de consciente incumprimento pela A., da cláusula de exclusividade na comercialização dos seus produtos, e a apresentação a pagamento pela mesma dos cheques emitidos pela outra parte no contrato, para pagamento de diversos fornecimentos daqueles, que recebeu. VIII – Uma tal situação melhor interessaria à categoria do comportamento abusivo constituído pelo desequilíbrio no exercício de posições jurídicas, na sub-hipótese concretizável no brocardo latino *dolo agit qui petit quod statim redditurus*. IX - Em qualquer caso não pode operar o abuso de direito por “desequilíbrio no exercício”, onde se arredou a existência da invocada “justa causa” para o banco sacado recusar o pagamento dos cheques.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 29 de maio de 2014](#)

Regime de comunhão de adquiridos – Bens próprios – Indicação de proveniência



No regime de comunhão de adquiridos, a regra de que os bens adquiridos na constância do casamento são comuns pode ser afastada, entre outros casos, demonstrando-se a sub-rogação indireta nesses bens de bens próprios de qualquer dos cônjuges, desde que a proveniência dos bens e valores utilizados na aquisição seja mencionada no documento que titula o ato aquisitivo ou em documento com intervenção de ambos os cônjuges. Inexistindo estes requisitos, o bem deve ser havido como comum. Relacionando-se, num inventário de partilha subsequente a divórcio de casamento celebrado em comunhão de adquiridos, um prédio rústico como bem comum e consignando a cabeça de casal que nesse prédio foi construída uma casa de habitação com dinheiros provenientes da venda de um imóvel, bem próprio seu, para fazer valer a natureza de bem próprio daquela casa por via da sub-rogação indireta, pode ser questionada tal natureza de bem próprio através de reclamação por falta de relação de bens comuns. Competirá então à cabeça de casal provar a alienação onerosa de bens próprios seus e a aplicação do preço assim conseguido nessa construção, exigindo a lei para o funcionamento da sub-rogação indireta a menção da proveniência desses valores no documento que titula o negócio jurídico ao abrigo do qual teve lugar a construção e a intervenção de ambos os cônjuges nesse documento. Inexistindo esta prova documental, os bens são havidos como comuns. A complexidade justificativa da abstenção de



quirógrafo). O cheque, como documento quirógrafo, só poderá servir como título executivo nas relações imediatas, ou seja, no domínio das relações diretas entre devedor/credor. Só nestas circunstâncias existe um reconhecimento direto de obrigações pecuniárias pelo devedor a favor do credor.

UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Acórdão de Uniformização de Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça, de 14 de maio de 2014

Em processo sumário é irrecorrível o despacho de reenvio para outra forma de processo.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

- PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL PRÉ-EXECUTIVO -

Lei n.º 32/2014. D.R. n.º 104, Série I de 30 de maio de 2014

Aprova o procedimento extrajudicial pré-executivo, tema que será objeto do artigo de opinião na próxima Newsletter.

- VALORES MOBILIÁRIOS -

Decreto-Lei n.º 88/2014, de 6 de junho de 2014

Altera o Código dos Valores Mobiliários em matéria de registo dos auditores junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e seus deveres, complementando o processo de transposição da Diretiva n.º 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2006.

- FARMACÊUTICO -

Decreto-Lei n.º 87-A/2014, de 30 de maio de 2014

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 19/2014, de 5 de fevereiro, alargando o prazo de escoamento dos medicamentos primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/97, de 9 de janeiro e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril.

- URBANISMO -

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio de 2014

Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

decisão do incidente da falta de relação de bens no inventário restringe-se à matéria de facto e não à questão de direito e pressupõe alegações de facto cuja demonstração assenta em indagações extensas e profundas incompatíveis com a sumariada do incidente enxertado em processo de inventário. Assim, se os factos alegados forem simples e se não forem requeridas diligências de prova demoradas e controversas, não há qualquer inconveniente na decisão no processo de inventário, não se justificando a abstenção de decidir e a remessa dos interessados para os meios comuns. Não usando o juiz desta faculdade de, abstenendo-se de decidir, remeter os interessados para os meios comuns e ordenando o prosseguimento do incidente com produção de provas e decisão, sem que qualquer dos interessados contra isso reaja, não pode, uma vez decidido o incidente, a questão da conveniência da decisão da questão em sede incidental ser posteriormente suscitada em recurso.

- PROCESSO EXECUTIVO -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 27 de maio de 2014

Cheque – Quirógrafo – Título Executivo

No caso vertente, ocorreu a prescrição da obrigação cambiária inerente aos cheques. Porém, face ao regime legal em vigor, nada impede que um título cambiário que não possa valer como título executivo (no caso por a obrigação cambiária se mostrar prescrita), possa ter validade como documento particular assinado pelo devedor e, como tal, possa ser considerado título executivo, nos termos do art. 46.º, al. c), do CPC (documento